



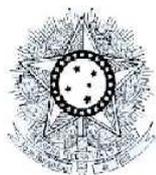
**Discurso proferido na sessão de 1º de abril de 1986,
publicado no DCD de 02 de abril de 1986, página 1361.**

O SR. JAVIER PÉREZ DE CUÉLLAR (Pronuncia o seguinte discurso.) – Exmº. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exmº. Sr. Presidente do Senado Federal, Exmº. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmºs. Srs. Deputados, Exmºs. Srs. Ministros de Estado, Exmºs. Srs. Membros do Corpo Diplomático, Exmºs. Srs. Embaixadores, minhas senhoras e meus senhores, é para mim uma honra e um enorme prazer estar me dirigindo pessoalmente aos representantes eleitos do povo brasileiro. O Brasil retornou à democracia civil como resultado de um processo de redemocratização único na sua história, processo que arrebatou os brasileiros num movimento popular sem precedentes, o que vem de ser demonstrado mais uma vez no apoio maciço que a população vem dando às medidas corajosas que o Governo adotou recentemente para sanear a economia brasileira.

O Presidente dos senhores ao abrir o debate da quadragésima sessão da Assembléia Geral, enfatizou a importância histórica do progresso que a América Latina vem desenvolvendo na concretização da ordem democrática. Realmente, o movimento de democratização da vida política e das instituições latino-americanas se propagou com uma rapidez admirável em vários países da região, a despeito de estarem atravessando um período de dificuldades econômicas muito sérias.

Como Secretário-Geral da ONU. Considero esse fato como um dos mais relevantes e mais promissores dos últimos anos. E, como latino americano. Regozijo-me ao ver a minha própria região dar ao mundo um tão belo exemplo de maturidade política.

Infelizmente, o progresso da democracia e os ajustamentos que ela requer dos vários órgãos do poder não parecem estar sendo acompanhados por uma renovação comparável do multilateralismo, pelo menos no plano mundial. A Organização das Nações Unidas, que é o foco de uma constelação de organismos internacionais hoje em dia mais numerosos que os próprios países, atravessa atualmente uma crise financeira que não é mais que o reflexo de um mal mais profundo. Tudo se passa como se alguns de seus membros já não pudessem crer na eficácia e talvez nem mesmo na necessidade da cooperação mundial. Apesar disso, inútil seria negar que a atuação das Nações Unidas tenha produzido frutos ou pretender não reconhecer que a crescente



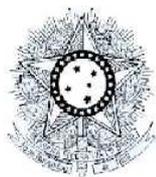
Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Estrangeira

interdependência das nações exige, ao contrário, que se fortaleça a Organização.

Arriscando pregar aos convertidos, deve antes de tudo recordar quanto a ONU contribuiu ao mundo ao longo de seus quarenta anos de existência com seu labor assíduo pela paz, pelo progresso, e pelo respeito aos direitos dos homens e dos povos.

Com relação à paz, não saberia dizer se a ONU pode se atribuir o mérito de haver evitado uma terceira guerra mundial ou se, ao contrário, pode eximir-se da responsabilidade pelos conflitos que eclodiram desde a sua fundação. Posso afirmar, em compensação, que freqüentemente ela tem sido bem sucedida ao substituir a guerra pela negociação e que tem contribuído na prevenção de conflitos favorecendo a deposição de armas e redução de tensões. É dessa maneira que, em muitas ocasiões, a ONU tem conseguido seja o estabelecimento de um cessar fogo. Seja a suspensão de fato de um conflito armado. Em alguns casos, como em Suez em 1956, na ocasião da guerra de outubro em 1973, e em Chipre em 1974. O cessar fogo, foi declarado formalmente em resposta a um apelo lançado ou pela Assembléia Geral, em conformidade com a Resolução “Unidos para a Paz”, ou pelo Conselho de Segurança. Em seguida a ONU garantiu o respeito ao cessar fogo, enviando seus “boinas azuis” para, com o acordo das partes beligerantes, se interporem pacificamente entre elas. Essas forças de manutenção da paz. Nas quais o Brasil teve uma participação muito importante, deram prova de sua utilidade tanto no Oriente Médio como no Congo, no Irã Ocidental, no Iemen e em Chipre. Independentemente de seu sucesso em conseguir cessar as hostilidades, a ONU tem procurado incansavelmente resolver os conflitos através de negociações. As investigações a que ela tem procedido, os planos de paz que ela tem elaborado, as missões de bons ofícios que ela tem efetuado não alcançaram talvez os resultados esperados. Mas isso não diminui a importância de seu papel em propiciar os meios para a celebração de acordos definitivos, pois está sempre atenta aos acontecimentos que favoreçam a eliminação de divergências e preparada para aproveitar a menor oportunidade que possa trazer progresso às negociações. Pode-se certamente lamentar o fato de que as duas comunidades cipriotas não tenham ainda conseguido se entender, mas não se pode criticar a ONU por não continuar tentando todos os meios para facilitar um entendimento. A diplomacia é uma profissão de paciência e de preservação. A ONU, como instituição permanente, tem dado provas tanto de uma como de outra.

Perfeitamente consciente da dificuldade de resolver conflitos após sua eclosão, a ONU não tem medido esforços para preveni-los, como requer a Carta. Em primeiro lugar,



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

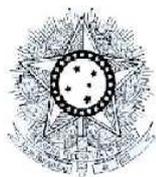
Escrevendo a História - Série Estrangeira

ela tem procurado exercer sua ação sobre os próprios instrumentos da guerra, isto é, os armamentos. É claro que se deu prioridade ao desarmamento nuclear, pois estas armas ameaçam a sobrevivência da própria espécie humana. Apesar dos esforços feitos nas Nações Unidas, estamos muito longe de eliminar essa ameaça. Mas os trabalhos não se circunscreveram ao desarmamento nuclear. O uso de certas armas convencionais de características particularmente bárbaras ou foi proibido, como no caso das armas biológicas, ou pelo menos limitado. Quanto à proibição das armas químicas e radioativas, esse tem sido um tema de estudos e debate profundos em Genebra no âmbito da Conferência do Desarmamento. Desenvolvendo um trabalho concreto no campo de desarmamento, a ONU se esforça para lhe aumentar os adeptos. Não apenas ela vem contribuindo para a tomada de consciência por parte dos governos da inutilidade, do alto custo e do perigo da corrida armamentista, mas tem contribuído também para a mobilização da opinião pública internacional. E ela prossegue nessa tarefa com uma energia renovada depois da proclamação do Ano Internacional da Paz, que se deu no próprio dia da celebração do quadragésimo aniversário da Organização – 24 de outubro último, enfim. A ONU se dedica a evitar ou pelo menos atenuar as tensões suscetíveis desencadear conflitos.

A fim de reduzir as causas de atrito entre os países suas interações vêm sendo regulamentadas pela ONU através de uma evolução sem precedentes do Direito Internacional. Um dos documentos mais inovadores elaborados na ONU é a Convenção do Direito do Mar, cujos dispositivos, em sua maior parte, foram aprovados por consenso. Por outro lado, pela preocupação constante que ela tem demonstrado com a tolerância e o respeito ao próximo e pela assistência que ela tem trazido aos países em desenvolvimento, a Organização tem contribuído para reduzir tensões que poderiam surgir das diferenças ideológicas ou da desigualdade econômica.

Com efeito, os fundadores da ONU estavam genuinamente convencidos do laço estreito que existe entre os problemas políticos e as dificuldades econômicas. Eles estavam cientes de que a pobreza engendrava o desespero e a revolta. Como se vê hoje na América Central. Insistiram, portanto, na Carta, sobre a necessidade de recorrer à cooperação multilateral para favorecer o progresso econômico e social de todos os povos. Dessa maneira, a ONU se lançou num programa ambicioso de assistência econômica e técnica as países em desenvolvimento.

Para comprovar o sucesso da Organização na mobilização da comunidade



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

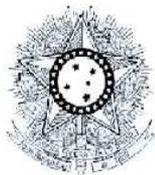
Escrevendo a História - Série Estrangeira

internacional a favor deste tipo de cooperação, basta mencionar que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, alimentado por contribuições voluntárias, canalizou sozinho, no período de cinco anos, que termina este ano, de 4 a 5 bilhões de dólares aos países menos desenvolvidos. Sei perfeitamente que essa quantia não reflete os verdadeiros esforços realizados, posto que o PNUD prefere dar assistência que leve à conjugação de condições para o desenvolvimento do que financiar projetos específicos diretamente. Dessa maneira, sua participação tem um impacto muito maior do que as quantias em causa podem levar a pensar.

Que esses esforços não foram suficientes para dar ímpeto aos países menos desenvolvidos nem para evitar a fome na África são fatos que não posso negar. No entanto, apesar de suas deficiências, a assistência ao desenvolvimento tem-se provado universalmente eficaz, como tem sido demonstrado por estudos preparados por instituições autônomas. Para colocá-lo de outra maneira, diria que a brecha entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento teria aumentado muito mais se a ONU não tivesse proporcionado aos países menos desenvolvidos uma assistência multilateral regular, neutra e desinteressada e se ela não houvesse encorajado seus membros a aumentar a assistência bilateral.

O que é verdade em relação à assistência econômica também o é no campo social e humanitário. Não poderia mencionar aqui todos os programas executados pela ONU e pelas instituições especializadas. Mas é de conhecimento geral que eles possibilitaram vencer certas epidemias, dar esperança e mesmo a vida a milhões de mulheres e crianças, reduzir o analfabetismo à quinta parte do que era a 40 anos e prestar assistência aos refugiados, cujo número atinge atualmente a cifra global de 10 milhões.

A ONU nunca deixou de defender, em conformidade com sua Carta, os direitos humanos e os direitos dos povos. Ainda que ela tenha sido criada para manter a ordem internacional que prevalecia após a guerra, por fidelidade ao princípio de autodeterminação dos povos, ela veio a favorecer a transformação que a descolonização causou na sociedade internacional. Em conseqüência, dirigindo a opinião internacional a reconhecer a legitimidade da aspiração dos povos à independência, a ONU concorreu decisivamente para que uma sociedade centralizada na Europa e na América se tornasse realmente universal. Nossa Organização contribuiu para mudar a face do mundo, confirmando a independência de novas nações ao admiti-las em seu seio. Trata-se de uma etapa da História da Humanidade que muitos não hesitam em comparar às grandes



descobertas, as quais, ao contrário, haviam garantido a supremacia da Europa.

A defesa dos direitos humanos pela comunidade internacional é realmente revolucionária no melhor sentido da expressão. Assim como a luta pela autodeterminação dos povos pôs em sua causa a ordem internacional prevalecente no pós-guerra, a luta pelo respeito às liberdades freqüentemente se desenvolve dentro dos próprios países contra a ordem ou, melhor dito, contra a violência estabelecida. O triunfo da democracia em muitos países da América Latina não é alheio ao poderoso movimento a favor das liberdades fundamentais, cuja proteção é ditada pelo Art. 1º da Carta da ONU. Em relação ao trabalho da Organização em prol da dignidade humana, quero felicitar o Brasil por haver assinado a convenção contra a tortura, na ocasião da presença do Presidente do Brasil na ONU, assim como pela feliz decisão de aderir aos pactos sobre direitos civis e políticos e sobre direitos econômicos e sociais.

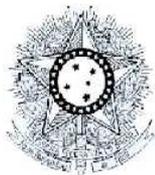
A cooperação mundial engendrada pela Organização apresenta resultados substanciais, apesar de que sejam às vezes difíceis de avaliar. As idéias de paz, desenvolvimento, descolonização e direitos humanos, que ela tem propagado sem medir esforços, exerceram uma influência considerável na opinião pública internacional, cuja importância não pára de crescer.

Sem a ONU o mundo seria mais injusto e mais violento, então, se a cooperação multilateral ao nível mundial provou ser útil, porque evitá-la? Acreditarão que esta já não seja necessária? Ou imaginam que possa ser facilmente substituída por ação bilateral ou regional? Estou convencido do contrário: a interdependência crescente das nações torna a cooperação multilateral mais indispensável do que nunca.

Hoje, com efeito, para sua segurança como para sua prosperidade, os países dependem cada vez mais uns dos outros para se desincumbirem das suas responsabilidades.

Antes, um país podia viver em paz mantendo boas relações com seus vizinhos e relações de respeito com seus inimigos potenciais. Hoje, a ameaça é muito difusa. Todo conflito pode, na realidade, degenerar em confrontação das superpotências e, por conseguinte. Numa guerra nuclear cujas conseqüências nenhum país poderia escapar. Os detritos radioativos não prestarão atenção às alianças e às fronteiras, o mesmo sendo verdade quanto às modificações climáticas, ainda mais terríveis, já que é impossível prevê-las com precisão.

No passado, um país podia garantir a segurança e a ordem dentro do seu território



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Estrangeira

tanto para os seus cidadãos como para os estrangeiros que aí residiam. O policiamento das fronteiras, enquanto o aperfeiçoamento das armas disponíveis torna mais difícil a tarefa de proteção dos cidadãos. Nenhum país está imune ao terrorismo internacional.

No plano econômico, as Nações teceram entre si laços cada vez mais estreitos e diversos. O Brasil é um ótimo exemplo de um país que, em poucos anos, conquistou mercados no mundo inteiro. O Brasil que sempre desempenhou um papel destacado no debate das questões econômicas a nível internacional, não poderia deixar de se interessar pela situação econômica de seus parceiros comerciais, tampouco pela conjuntura mundial em que toda relação humana, o comércio é ao mesmo tempo uma fonte de enriquecimento e de dependência, conduzindo a uma tal interpretação das economias em causa que o equilíbrio de cada um passa a defender do equilíbrio de todas.

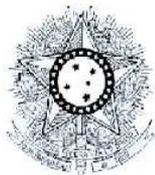
A dívida internacional, que resultou da reciclagem de petrodólares pelos bancos ocidentais, tornou bem clara a necessidade de uma melhor regulamentação para a economia mundial. Passada é a época, como a dos anos 30, em que as nações assistiam importantes a uma catástrofe econômica.

Elas se habituaram a interferir nas suas próprias economias e a cooperar entre si ao nível internacional.

Da mesma forma, quando a Alteração da conjuntura mundial impediu os países endividados de cumprirem os seus prazos, a comunidade internacional se mobilizou para impedir o colapso do sistema financeiro e a crise ainda maior que daí se desencadearia.

Os credores e os devedores tomaram consciência de suas responsabilidades comuns não somente em relação ao superendividamento de numerosos países, mas também em relação às conseqüências que se poderia desencadear para o mundo inteiro. Tiveram a sensatez de reprimir a tentação de um confronto estéril e de compartilhar os sacrifícios imediatos que permitiram evitar um caos financeiro.

Entretanto, as Medidas adotadas até o momento não produziram uma solução satisfatória e duradoura para o problema da dívida. Esta insuficiência é uma prova de que a interdependência econômica das nações exige um revigoramento da cooperação mundial e, sobretudo, uma melhor coordenação das políticas econômicas. Não basta aliviar temporariamente o peso do serviço da dívida reescalando os pagamentos e diminuindo tanto quanto possível aos taxas de juros. É necessário permitir aos Países endividados obter um saldo comercial suficiente para cumprir suas obrigações financeiras



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História - Série Estrangeira

sem prejuízo de seu desenvolvimento. Posto de outra forma, é preciso que os devedores aumentem as suas exportações sem se chocarem contra as barreiras protecionistas dos países industriais.

O Brasil goza, neste sentido, de uma situação relativamente favorável, apesar do pesado fardo que sua dívida representa. Não obstante, ele se interessa pelo crescimento e pela expansão de novas economias, principalmente na América Latina, o que também proporcionará novos mercados para o seu crescimento.

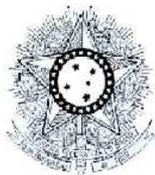
Por essa razão, é preciso que a questão da dívida seja considerada a longo prazo e sob seus múltiplos aspectos. A ONU poderia encarar o problema em perspectiva e apontar o erro sério que uma visão mesquinha acarretaria. Merecem apoio todas as iniciativas adequadas à conscientização da situação presente que suscitem uma séria consideração do desenvolvimento dos países endividados e favoreça a instauração, através do diálogo, de relações mais igualitárias entre o Norte e o Sul.

Falei sobre a dívida, mas poderia da mesma maneira demonstrar que a eficácia da assistência ao desenvolvimento depende de sua diversificação e de sua boa coordenação, domínio em que a ONU tem um papel insubstituível e que deve ser reforçado. Esse é, ademais um dos temas sob a consideração do grupo de especialistas, entre os quais se encontra um brasileiro da mais alta categoria, que estuda, no momento, meios para o aperfeiçoamento da gestão do Secretariado da ONU.

A paz, condição básica do progresso econômico e social, exige uma renovação tanto da cooperação regional como da cooperação mundial, pois as duas se sustentam e se completam.

A solução pacífica de conflitos supõe, na verdade, que a razão e a moderação se sobreponham ao desequilíbrio e à violência. Pode-se contar com a contribuição da opinião pública internacional para essa evolução dos espíritos. Os países que buscam a solução pacífica de um conflito necessita de apoio dos outros países da região e, de maneira mais geral, de toda a comunidade internacional. Pode-se vê-lo bem na América Central. A ONU, que apóia o Grupo Contadora desde o início, regozija-se com a constituição do Grupo de Apoio de que o Brasil faz parte. A Organização está disposta a fazer tudo a seu alcance para facilitar a tarefa desses grupos, pois compartilha da convicção de que somente a eliminação de interferências estrangeiras e o diálogo entre os adversários podem resultar numa paz durável.

Em relação ao desarmamento, já mencionei o Tratado de Tlatelolco, apoiado pela



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Estrangeira

Assembléia Geral, do qual o Brasil é signatário. De sua parte, a ONU continua a trabalhar pela ratificação, pelo maior número possível de países, dos tratados adotados sob seus auspícios. Pessoalmente, penso que chegou a hora de a América Latina estudar o possível papel que a limitação de armas convencionais poderia ter para reduzir as tensões causadas pelo acúmulo de armamentos e destinar ao desenvolvimento econômico os recursos assim economizados. Essa iniciativa poderia vir das novas democracias, inspiradas no desejo de manter relações de boa vizinhança dentro da região e na prioridade da elevação do nível de vida de seus cidadãos. Elas teriam o apoio ilimitado da Organização das Nações Unidas para quem o desarmamento pode vir a ser tão contagioso quanto o superarmamento num mundo onde a competição econômica se torna cada vez mais acirrada.

Para a renovação do multilateralismo e para torná-lo mais eficaz, as Nações Unidas contam com o Brasil, com a visão de seus dirigentes e o otimismo de seu povo. Sentindo que se torna cada dia mais indispensável, o que a Organização precisa para o seu melhor funcionamento é a fé de seus membros, a fim de, através da cooperação, trazer ao mundo mais ordem e justiça. Para tanto, as nações precisam compreender a necessidade de uma solidariedade estreita e de se empenharem na construção conjunta de um mundo mais hospitaleiro e mais humano. Basta que as nações respondam ao apelo lançado pela ONU no seu quadragésimo aniversário para edificar “um mundo melhor”.

Em conclusão, gostaria de tornar minhas as palavras do Dr. Oswaldo Aranha, no dia 29 de novembro de 1947, ao encerrar a segunda sessão da Assembléia Geral, da qual ele foi o ilustre Presidente; “As Nações Unidas superarão os erros de todas as nações e de todos os grupos de nações. Não temo por seu futuro mas, antes, pelo futuro daqueles que não a compreenderem e não aceitarem seus mandamentos”. (Palmas).